

Falares rurais brasileiros

O presente artigo objetiva, a partir de algumas visões vigentes na literatura linguística, apresentar e discutir a natureza e caracterização sociolinguística dos falares rurais brasileiros. Para tanto, são analisados alguns traços fonológicos e morfossintáticos, tais como: a realização do 'erre caipira', p.e., /caRta/, a vocalização de /lh/ , p. e., /paia/ por 'palha', a alternância entre -l e -r, p.e., /ingrês/ por 'inglês', a ordenação dos constituintes na sentença (AN ~ NA). A evidência empírica é feita a partir de dados colhidos em comunidades rurais goianas, entre 1996 e 2004, por Hosamis Ramos de Pádua, Marleny Ortega e Tânia Ferreira Rezende Santos, os quais formam parte do banco de dados organizado pelo Núcleo de Estudos Linguísticos de Goiás (NEL-GO).

Para evitar o uso de símbolos fonéticos e convenções técnicas, específicas da área, na análise dos dados, o R indica a realização do 'erre caipira' e, em lugar de 'lh', será colocada sempre a vogal 'i', indicando a vocalização daquela consoante; AN = adjetivo + nome (substantivo); NA = nome (substantivo) + adjetivo.

Esta discussão está apoiada em estudos dialetológicos, sociolinguísticos, sociológicos e antropológicos, e é desenvolvida de acordo com as propostas do Paradigma Dialógico, do Círculo de Bakhtin/Volochinov (REZENDE, 2000); e parte dos seguintes pressupostos: (a) que o termo "caipira" designa o homem rural brasileiro (CANDIDO, 1987; AMARAL, 1982) e (b) reflete a depreciação geo-política de subcolonizado, de mestiço (branco/índio; branco/negro e negro/índio); (c) que o 'caipira' brasileiro é, segundo a voz do dominador, uma camada social corrompida pela impureza da mistura pluriétnica; e (d) que essa atitude em relação ao caipira é transferida para a sua variedade linguística, o falar rural.

Por 'falares rurais', entende-se, neste trabalho, qualquer variedade não-padrão do português brasileiro (doravante PB), falada em áreas rurais brasileiras, pelo "caipira" (AMARAL, 1982 [1920]; CANDIDO, 1987) ou "roceiro" (REZENDE, 2000, cap. 2).

Espera-se que essa discussão possa contribuir para a elucidação do que sejam os falares rurais no Brasil, como eles foram constituídos e como são tratados pela sociedade e pelo meio acadêmico.

O "rural" e o "caipira" no Brasil
Tradicionalmente, rural se opõe a

RESUMO

Neste artigo, são esclarecidos e discutidos os conceitos 'caipira' e 'rural'; e apresentadas algumas características linguísticas de falares rurais, partindo da análise de dados de comunidades rurais goianas - Pombal, Acaba Vida, Porto Leocárdio e Trairas. As características linguísticas selecionadas para análise e discussão do tema proposto são: (a) variante retroflexa de /r/, o chamado 'erre caipira', a vocalização de /lh/ ; (c) permuta de -l por -r; e (d) ordenação dos constituintes nos sintagmas nominais.

Palavras-chave: caipira; rural; conservação.

urbano, levando a uma visão dicotômica, favorável ora ao espaço rural ora ao espaço urbano (MARX e ENGELS, 1993; CANDIDO, 1987; AMARAL, 1982). No interior da área rural, há outra separação, entre o espaço do proprietário (a casa grande do senhor de engenho e de escravos, o casarão do fazendeiro, a mansão do empresário do campo) e o do trabalhador (a senzala do escravo negro, o tijuapá do escravo indígena, a tapera do roceiro, a habitação do caseiro etc.). Assim, o espaço rural brasileiro é plural em todos os aspectos.

O espaço rural pobre é habitado pelo mestiço, remanescente das senzalas e dos tijuapares; dos quilombos e dos aldeamentos; dos antigos canaviais, das minas auríferas e das plantações de café, isto é, pelo "caipira" (CANDIDO, 1987; AMARAL, 1982).

O termo 'caipira', segundo Cunha (1997: 37), é "de origem controversa; admitindo-se que proceda do Tupi, caipira poderia ser uma corruptela de caipora, com intercorrência de curupira que justificaria a evolução -pora ? -pira; 'indivíduo rústico, tímido', 'roceiro, matuto". De acordo com Amaral (1920), o "genuíno caipira" de São Paulo é caracterizado pelo atraso e primitivismo; pela indolência e pelo marasmo. Para Candido (1987: 36), a "cultura caipira é uma variedade subcultural do tronco português", e a comunidade "caipira" se caracteriza por "uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência".

Pelo exposto até aqui, pode-se perceber que 'caipira' é diferente de 'rural', sendo este mais abrangente do que aquele. Quando se trata de estigma social, preconceito e exclusão, esses atos se referem ao 'caipira', que é apenas uma parte do rural. Os falares rurais, objeto desta discussão, são os muitos e variados falares das diferentes comunidades rurais "caipiras" brasileiras. As comunidades rurais goianas, discutidas neste trabalho, são chamadas de "roceiras", dada a inerência do conceito "caipira" à cultura paulista (CANDIDO, 1987; AMARAL, 1982).

RAL, 1982).

Em Goiás, o perfil do "roceiro" é caracterizado pela preguiça e lentidão. Segundo Palacín (1994 e 1981), a aversão ao trabalho foi construída em nosso país, desde a chegada dos primeiros colonos, pois a boa sociedade portuguesa no Brasil era caracterizada pela honra e pelo ócio. Essa mentalidade estendeu-se por toda a colônia, atingindo inclusive a escravaria. Uma vez alforriado, o ex-escravo não queria trabalhar, pois liberdade, para ele, se confundia com ociosidade. Por outro lado, a maioria dos trabalhadores era ex-escravo especialista em mineração e não sabia lidar nem com a terra nem com o gado (BERTRAN, 1998). Ademais, deixar de ser minerador para ser lavrador era ser rebaixado na escala social. A atitude social negativa com relação ao "roceiro" se construiu na hierarquia social, em que a classe mineradora era privilegiada, e a classe dos lavradores era desprestigiada. Por isso, nenhum mineiro, fosse negro ou indígena ex-escravo, queria ser lavrador ou roceiro.

Reúne-se, portanto, no roceiro goiano, assim como no caipira paulista, a depreciação geo-política de subcolonizado, de mestiço (branco/índio; branco/negro e negro/índio), além de grupo de pouca cultura, portador de uma língua impura, herdeiro do paganismo do índio e do negro. O roceiro goiano é, segundo a voz do dominador, uma camada social corrompida pela impureza da mistura pluriétnica. Essa atitude é transferida para a sua variedade linguística falada, aqui considerada "falar rural".

"Dialeto caipira" e falares rurais brasileiros

De qualquer perspectiva que se aborde a linguagem, deve-se considerar suas condições e circunstâncias de uso e sua relação com o poder, sob suas mais variadas formas de atualização. O ideal de língua materna e língua padrão, por exemplo, é originariamente de ordem ideológica - política e religiosa.

Assim, da concepção de língua sagrada e de cultura, chega-se à concepção de língua única e pura, língua de instrução, símbolo da identidade, também única, de uma nação. Da mesma forma, os dialetos e as variedades não-padrão, concebidos como formas incorretas e impuras, não servem para ser ensinados nas escolas, ficando, portanto, à margem das atividades e das esferas oficiais da sociedade e do Estado.

A relação conflituosa entre modalidades lingüísticas de prestígio e modalidades lingüísticas estigmatizadas sempre permeou as interações humanas, como pode ser observado nos registros mais antigos da história da humanidade. Para ficarmos apenas nas raízes da língua portuguesa (LP), objeto da presente discussão, citamos a clássica oposição entre latim clássico e latim vulgar; e língua latina e línguas neolatinas.

No Brasil, durante o Período Colonial, havia a convivência entre a LP - língua de cultura - e as línguas gerais - línguas do povo. Esta situação lingüística foi "resolvida", pensou-se, com a reforma pombalina, iniciada em meados do século XVIII, que proibiu o uso das línguas gerais e obrigou o uso único e exclusivo da LP, na Colônia. A partir de então, a LP passa a ser o idioma oficial do Brasil e oficializa-se a estigmatização das inúmeras outras línguas aqui existentes. Acirra-se, na Colônia, a cultura da oposição língua/dialeto; certo/errado.

Em se tratando, especificamente, da constituição de variedades rurais, dentre muitos estudos que tratam deste tema, tais como: a hipótese evolucionista, a hipótese crioulista e a hipótese sócio-histórica, destacamos, dentro da sócio-história, os pressupostos de Castro (1980), pois estes parecem mais adequados a nossos propósitos, porém não verticalizaremos sobre eles, por conta do pouco espaço. Para maiores informações, remeto o leitor a Rezende (2000, cap.2).

Castro (1980) parte do princípio de que o contato entre os falantes de diferentes línguas, com as mesmas necessidades sociais de comunicação, leva à busca de uma forma alternativa de comunicação nas diferentes interações que estabelecem, fazendo surgir os dialetos, cada um com uma função determinada. Desta forma, a referida autora atribui o surgimento de variedades rurais, no Brasil, ao nivelamento entre os dialetos das senzalas e as variedades dos negros ladinos e crioulos. É essa concepção de constituição lingüística que adotamos nesta discussão.

Quanto ao dialeto caipira, Amaral (1982: 41 [1920]) define-o como

"um dialeto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Pau-

lo. (...) o nosso falar caipira - bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível - dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta."

Melo (1981) afirma que a disseminação de um "dialeto crioulo ou quase crioulo, cujo fundo seria o português arcaico-tardio", pelos bandeirantes nos sertões de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e através do Rio São Francisco, até quase o Nordeste, tornando-se o elemento comum da linguagem popular interiorana brasileira, formou os dialetos caipiras dessas regiões, caracterizando-se como a última fase de degeneração da língua portuguesa, no Período Colonial do Brasil.

Desta forma, no que concerne às variedades não-padrão de Goiás, especialmente as rurais (dialetos caipiras/falares rurais), estas originaram-se dos "dialetos dos bandeirantes" (dialetos crioulos de base portuguesa arcaico-tardia). Ou seja, para essa perspectiva, as variedades rurais de Goiás, objeto da presente análise, são "subdialetos" da LP. Tal visão reflete uma concepção de língua perfeita e pura, o que não condiz com a concepção proposta neste trabalho.

Em contraponto à teoria da degeneração lingüística, Ribeiro (em AMARAL, 1982) afirma que "Falar diferente não é falar errado", e aponta para uma diferente abordagem dos dialetos considerados "caipiras". Nessa perspectiva, a formação de dialetos é um fenômeno natural e espontâneo ao desenvolvimento de qualquer língua, obedecendo às regras e às necessidades dos grupos de falantes: "Os dialetos criam-se espontaneamente pelo jogo natural das ações lingüísticas", assim como "o conceito de dialeto repousa essencialmente sobre um desenvolvimento natural dos elementos da linguagem" (VEN-DRYES, em AMARAL, 1982: 37).

Em Goiás, a formação de falares rurais se insere no contexto da entrada das bandeiras paulistas em busca de índios e ouro, o chamado "Ciclo do Ouro". Nesse período, pode ter sido formado, em Goiás, o que Castro (1980) chamou de "dialeto das minas", por meio do contato entre os bandeirantes - portadores do dialeto caipira, segundo Amaral (1982) - seus escravos africanos e indígenas e os índios nativos da região, durante a extração do ouro. Outro contexto importante para a formação do português goiano, assim como do PB, foram os aldeamentos indígenas, que surgiram com a missão de civilizar e catequizar os índios, i.e.,

treiná-los para o trabalho braçal forçado. Nestes, foram recolhidos "índios rebeldes" e "negros fujões".

No início do século 20, com o desenvolvimento da agropecuária, vieram para o Estado inúmeros migrantes piauienses, mineiros, maranhenses e baianos. Estes também contribuíram para a formação dos falares rurais goianos.

Conclui-se, então, diante do exposto, que a variedade lingüística de Goiás foi construída a partir do contato dialógico entre bandeirantes, índios e africanos, com a entrada das bandeiras; índios, africanos, crioulos e paulistas; colonos, escravos e mineradores, durante a extração do ouro; índios, crioulos, paulistas, baianos e mineiros, com a expansão da agropecuária. As esferas socio-culturais e ideológicas de construção da referida variedade foram as minas de ouro, as lavouras, as festas e as funções religiosas nos arraiais e nos aldeamentos indígenas.

Em suma, é consenso entre os lingüistas e filólogos, anteriormente citados, que os falares rurais, não só em Goiás, mas em todo o Brasil, tiveram sua origem no diálogo entre as camadas mais pobres e incultas da população, conservando traços antigos, devido ao seu isolamento, ficando restritas às comunidades rurais pobres e isoladas. São esses falares que caracterizamos na seção seguinte.

Características lingüísticas de falares rurais goianos

Diante do contexto sócio-histórico de constituição dos falares rurais, selecionamos dados de três comunidades lingüísticas goianas bastantes significativas, a saber: comunidades de Pombal e Porto Leocárdio (ex-quilombos), Traíras (remanescente de arraial do Ciclo do Ouro) e Acaba Vida (migrantes mineiros do início do século XX).

Amaral (1982) destaca alguns traços fonológicos da língua portuguesa, atribuindo-os à fala "caipira". Dentre esses traços, selecionamos para análise aqueles que estão presentes em todas as amostras e que são socialmente estigmatizados e marcadores da identidade rural "roceira": (a) a realização do "erre caipira" (R); (b) a vocalização de /lh/ - p. e., 'paia' por palha; (c) a permuta entre /l/ e /r/ - p. e., 'grória' por glória; e acrescentamos, no domínio morfosintático, (d) a ordenação dos constituintes no sintagma nominal.

Seja, então, a seguinte ocorrência:

1. "Nóis lainvai coRtá mí pa mode fazê pamonha"

Em (1) acima, têm-se um enunciado típico da fala rural: a ditongação do pronome 'nóis' - realizado como nós; a cliticização do locativo 'lá' e a prótese

de 'em' ao verbo 'ir', resultando em 'la in vai'; a não concordância do verbo com o sujeito 'nóis vai' por 'nós vamos'; a realização do 'erre caipira' em 'cortá'; a vocalização de 'lh' em 'milho', realizando 'mii'; a redução da expressão 'por amor de' para 'pa mode', incluindo a redução da preposição 'para' a 'pa'; cancelamento do -r marcador de infinitivo verbal, no verbo 'fazer', resultando em 'fazê' (fenômeno presente também no verbo 'cortar' > cortá). Todas essas variações linguísticas são recorrentes não só nos falares rurais, considerados fala de roceiro, mas também em muitas variedades não-padrão urbanas, no Brasil. Todavia, na boca das minorias rurais, tais traços linguísticos são estigmatizados.

O "erre caipira" é um traço linguístico caracterizador da fala rural e é considerado uma marca de identificação do falar goiano. Nos dados analisados, o /R/ foi registrado categoricamente na fala dos migrantes mineiros - comunidade de Acaba Vida, município de Niquelândia-GO. Na fala dos membros das demais comunidades, Pombal, município de Santa Rita do Novo Destino, Porto Leocárdio, município de São Luís do Norte, e Traíras, município de Niquelândia, esse fonema foi registrado apenas esporadicamente, na fala de indivíduos do sexo masculino, escolarizados e com maior grau de contato com a sociedade urbana envolvente. Ou seja, de acordo com os resultados desta análise, o /R/ não caracteriza a fala rural da região centro-norte goiana.

A vocalização de /lh/ foi registrada em todos os dados (para mais informações sobre este fenômeno, veja Pádua, 2000), conforme ocorre no seguinte enunciado:

2. "... pidi paia pa fazê ota casa"

Trata-se de um processo inscrito na história pretérita da LP, como em: *li/le* (latim) > *li/lh* (port. arc.) > *li* (espanhol) e *lh* (port.). Mesmo em latim ou na formação das línguas neolatinas, esses sons, entre duas vogais, tendiam a se vocalizar, como em *salio* > saio; *dolere* > doio (port. arc.); segundo Coutinho (1977: 127-28), houve analogia com as formas em que o -l-, estando intervocalico, sofre queda (*salire* > sair; *dolere* > doer). A fala rural pode estar conservando este processo fonológico ou pode se tratar de uma mudança em progresso, uma vez que na língua francesa, também derivada do latim, a mudança -l/-lh > i já se implementou.

A alternância entre /l/ e /r/ foi registrada em todos os dados, com abundância de ocorrências. É também um fenômeno presente na formação das línguas neolatinas e pode ser tratado como uma conservação linguística. Veja a seguinte ocorrência:

3. "... tudo pa grória de Deus"

No curso histórico do latim ao português, são inúmeros os exemplos de alternância entre -l e -r: *flaccu* > *fraco*; *flauta* > *frauta* (port. arc.) > *flauta*; *gloria* > *grória* (port. arc.) > *glória*. De acordo com Coutinho (1976: 118), os grupos consonantais iniciais latinos conservam-se, em português, quando a líquida é -r, modificando-se quando é -l. Mais uma vez, a fala rural pode ter conservado a regra.

No que concerne à ordenação dos constituintes no sintagma nominal (SN), em LP, há alternância entre adjetivo/nome e nome/adjetivo, como em

4. "Grande homem/Homem grande" (com mudança de sentido);

5. "Boa pessoa/Pessoa boa" (sem mudança de sentido);

embora a ordem não-marcada nas línguas românicas seja NA e a ordem antiga (AN), já preterida na língua latina, seja a ordem marcada (Cohen, 1989). Assim, a tendência das línguas românicas é fixar a ordem NA (WAUGH, 1977). Por outro lado, a ordem AN ainda é bastante produtiva no português contemporâneo falado (NOBRE, 1989).

Nos falares rurais sob análise, a ordem AN só ocorre em expressões cristalizadas, como "boa pessoa", "mal ambiente" etc. Assim, parece que, nesse caso, a fala rural está à frente da urbana, que é mais vigiada e, portanto, mais lenta na mudança.

Dos fenômenos linguísticos analisados decorrem as seguintes questões:

1. Se a fala rural, assim como seu falante, é sinônimo de ignorância e falta de cultura, por que ela registra traços de norma culta, mesmo que de outra época?

2. Se a fala rural é sinônimo de atraso e lentidão, por que ela está adiante em relação à mudança na ordenação dos constituintes? Ou será que a ausência da ordem AN reflete a conservação de um padrão anterior ao da ordem latina?

Preocupações Finais

Os resultados apresentados nos levam a confrontar duas idéias sobre mudança e retenção linguística, envolvendo a fala de comunidades rurais: a primeira afirma que as áreas rurais, por serem relativamente isoladas, tendem, mais que as urbanas, a conservarem traços linguísticos em processo de mudança; ou seja, as áreas rurais, do ponto de vista linguístico, são mais conservadoras (Mattos e Silva, 2000); a segunda propõe que em situação de intenso contato interlinguístico, os processos naturais de mudança linguística ocorrem de forma mais acelerada (Silva Neto, 1950); ou seja, as inovações ocorrem mais rapidamente nas áreas urbanas. Entretanto, se compararmos dados do PB rural a

dados do francês padrão, considerando que o francês padrão já implementou muitas mudanças que ainda estão em curso no PB, parece que o processo de inovação está mais adiantado na variedade rural do que na urbana, tanto nos traços fonológicos quanto nos morfossintáticos. Assim, pergunta-se: a fala das áreas rurais é mais conservadora ou mais inovadora? Na realidade, parece que a fala caipira, que deveria refletir o marasmo e o atraso do falante caipira, está inovando, do ponto de vista estrutural. Isto quer dizer que toda a avaliação social negativa em relação à fala do "roceiro", do ponto de vista linguístico, é improcedente, como era de se esperar.

Autora

1 Professora da Faculdade de Letras - Universidade Federal de Goiás. Contato: tagila2001@yahoo.com.br

Referências bibliográficas

- AMARAL, A. O dialeto caipira. São Paulo: Casa Editora "O livro", 1920.
 AMARAL, A. O dialeto caipira. São Paulo: HUCITEC/Brasília: INL, 1982
 BERTRAN, P. História de Niquelândia - do Distrito de Tocantins ao Lago de Serra da Mesa. Brasília: Verano Editora, 1998.
 BORTONI, S. M. A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolinguística. In: TARALLO, F. (Org.). Fotografias sociolinguísticas. Campinas: UNICAMP/Pontes, 1989, pp. 167-180.
 CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
 CASTRO, Y. P. Os falares africanos na interação social do Brasil colônia. Salvador: UFBA, 1980.
 COHEN, M. A. A. M. Syntact change in portuguese: relative clauses and the position of the adjective in the noun phrase - tese, inédita - Campinas-SP: Unicamp, 1986/1989.
 COUTINHO, I. L. Gramática Histórica. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1976.
 CUNHA, A. G. da. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
 MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: HUCITEC, 1993.
 MELO, G. C. de. Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.
 NOBRE, M. M. R. Posição do adjetivo no sintagma nominal na fala do Rio de Janeiro - dissertação, inédita - Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
 PADUA, H. R. Linguística e História em Acaba Vida. Dissertação de Mestrado. Goiânia/UFG, 2000.
 PALACIN, L. O Século do Ouro em Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 1994.
 PALACIN, L. Sociedade Colonial. Goiânia: Editora da UFG, 1981.
 SILVA NETO, S. da. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Presença, 1950.
 REZENDE, T.F. Discurso e identidade etnocultural em Pombal-GO. Dissertação de Mestrado. Goiânia/UFG, 2000.
 RODRIGUES, A. D. Estrutura do Tupinambá. (manuscrito), 1981.
 WAUGH, L. R. A semantic analysis of word order. Cornell University, 1977.